

SOBRE A BIBLIOLOGIA ENTRE PEIGNOT, OTLET E ESTIVALS: vertentes de um longo discurso “metaepistemológico” da organização dos saberes

Gustavo Silva Saldanha*

RESUMO

A proposta deste estudo, de linhagem teórica, é discutir a Bibliologia, como pandiscurso da organização dos saberes, a partir de três esferas epistemológico-históricas, fundadas nos pensamentos de Peignot, Otlet e Estivals. Os seguintes questionamentos orientam a discussão: o problema metaepistemológico; o problema intraterminológico; o problema do exoterminológico (voltado para a relação dos discursos “meta” e “intra” com outros discursos da organização dos saberes). É analisada a possibilidade de expansão da Bibliologia, ora como um microssaber (microdisciplina ou domínio de aplicação empírico-“materialista”), ora como macrossaber (macrodisciplina ou campo do conhecimento). A filosofia do livro também é discutida, como aporte para compreensão do objeto bibliológico por excelência, demonstrada a partir do papel da “linguagem” como elemento filosófico estrutural. Para esta reflexão filosófica, faz-se aqui o uso tanto de uma hermenêutica histórica, para pensar a construção literária e simbólica da realidade epistemológica contra uma essencialidade da visão sintética sobre a construção das ciências, quanto de uma epistemologia histórica de fundo pragmático.

Palavras-chave: Bibliologia. Documentação. Bibliografia - Epistemologia da Ciência da Informação. História da Ciência da Informação.

* Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Pesquisador Adjunto do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Brasil. Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Docente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT, em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, e no Mestrado Profissional em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: gustavosilvasaldanha@gmail.com.

I CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Lottin (A. – M.)

Impressor-livreiro de Paris [...], nascido em 08 de agosto de 1726, publicou várias obras relativas à bibliografia [...] e muitas cartas sobre a impressão no Journal des Savants. Peignot (1802a, p. 399)

Longe de chegar ao seu momento conclusivo, a crítica epistêmico-histórica dos saberes anti-entrópicos, orientados para a resolução dos problemas da expansão geométrica de

registros de linguagem na Modernidade, ainda apresenta lacunas enormes para a compreensão daquilo que hoje tratamos pela expressão “ciência da informação”. É o caso, por exemplo, da dificuldade de conceituação da Bibliografia e da Bibliologia, como grandes domínios científicos, no tempo-espaço que acompanha o aparecimento, o desenvolvimento e o apagamento (em alguns casos) de tais noções. O horizonte deste trabalho está na discussão da segunda noção, a partir de sua “marcha francófona”. Compreender o decurso de construção da Bibliologia a partir, por exemplo, das influências do enciclopedismo, do positivismo e do marxismo seria, por exemplo, uma primeira margem de indícios, ainda que ampla e panorâmica.

A proposta geral deste estudo é discutir a Bibliologia, como pandiscurso da organização dos saberes (OS), a partir de três esferas epistêmico-históricas, relacionadas aos pensamentos de Peignot, Otlet e Estivals. Os seguintes questionamentos orientam a discussão: o problema metaepistemológico; o problema intraterminológico; o problema do exoterminológico (que coloca em diálogo a relação entre as questões “intra” e “meta” e os discursos da OS). É analisada a possibilidade de expansão, em um ponto de vista epistemológico-histórico, da Bibliologia, ora como um microssaber (microdisciplina ou domínio de aplicação empírico-materialista), ora como macrossaber (macrodisciplina ou campo do conhecimento, de ordem reflexiva). A filosofia do livro também é discutida, como aporte para compreensão do objeto bibliológico por excelência.

Apresentada por Peignot (1802), como “grande ciência” que reuniria todo o campo de estudo da linguagem que se direcionava aos registros do conhecimento, a Bibliologia se constituiu, historicamente, como um discurso substancialmente francófono. Ou seja, existiria, em uma linhagem histórico-sintática, apenas a *Bibliologie*. Esta análise, porém, se dá somente se colocada em discussão a questão do signifiante – o termo “bibliologia” – e se afastada for toda a possibilidade semântica de análise de outras noções no terreno de estudos epistemológicos comparados e internacionais, bem como se afastada for, principalmente, a cadeia de margens pragmáticas de interpretação do conhecimento que discursa sobre as práticas de preservação, organização e disseminação de registros da cultura humana e de seus processos simbolizados.

Este posicionamento hermenêutico-crítico nos leva a afirmar que, quando procuramos reconhecer que lugar ocupa a Bibliologia a partir de Peignot, tanto na França como no resto do mundo, a passagem da reflexão semântica para a pragmática se torna indispensável – caso contrário abordaríamos tal ciência como produto de uma só cultura, quando, na verdade, trata-se de um “gesto” do discurso e da práxis, que é científico e que é profissional, existente em diferentes regiões e presente em diferentes discursos, porém manifestado sob outros significantes no Oitocentos e no Novecentos. Se

o risco da análise pragmática extrema, atenta menos aos termos, e mais aos seus usos, pode suprimir a precisão dos discursos, ultrapassando os contextos de tempo e de espaço, do outro lado se nos apresenta o risco, em nossa perspectiva filosófica considerado mais tentador e comum, mais limitador e excludente, de tomar a “palavra” como fato essencial, e não como fruto do decurso histórico.

Neste sentido, faz-se aqui o uso tanto de uma hermenêutica, para pensar a construção literária e simbólica da realidade epistemológica contra uma essencialidade da visão sintética sobre a construção das ciências, como de uma epistemologia histórica de fundo pragmático. Busca-se tanto enxergar os termos em seu uso sincrônico, marca de sua “presentificação” em um dado discurso (com autor, data de origem e modos específicos de recepção), como abrir as margens para uma diacronia que nos diga como, a partir da apropriação (uso) dos termos de outrora e de hoje, se elaborou uma “certa epistemologia”, hoje predicada como “informativa”.

É neste sentido que o encontro entre Peignot, Otlet e Estivals é menos a marca, neste estudo, de desenvolvimento de um saber francófono, vivo e isolado. Não é também o exercício de evidência de um pioneirismo desbravador ou de uma superioridade discursiva sobre outras falas, afirmações e argumentos dispersos nos últimos duzentos anos. Ao contrário, a reunião da visão destes autores é tomada como a margem para três movimentos críticos estruturais em nosso pensamento, tecidos em diálogo com uma crítica historiográfica neodocumentalista (RAYWARD, 1996): uma crítica historiográfica à epistemologia histórica dos estudos informacionais; uma crítica epistemológica tanto às cronologias sintéticas quanto às analíticas no discurso da Ciência da Informação; uma crítica ao “patrimônio exclusivo” da “anglofonia” como “autora” de uma *episteme* em sua totalidade, o que teria retirado de cena todo e qualquer enunciado sobre a organização dos saberes que não pronunciasse o verbete *information* na contemporaneidade, exercício este, em parte, tecido pelos neodocumentalistas nas últimas décadas, como Peter Lund e Bernd Frohmann.

2 TRÊS “VERTENTES EPISTEMOLÓGICAS” DA BIBLIOLOGIA

A partir deste momento [presença de Peignot], a Bibliologia é também filha dos Enciclopedistas. Estivals (2010, p. 40)

Estivals (2010) procura identificar, em diferentes momentos, Otlet como o precursor da Bibliologia, a base sobre a qual se edificou o discurso das ciências bibliológicas. O pioneirismo é justificado a partir da seguinte tríade de argumentos: seria o primeiro teórico e “profissional” da Bibliografia exhaustiva e retrospectiva no âmbito internacional; seria o precursor da Bibliologia científica internacional, suplantando a Bibliologia enciclopédica; e, por fim, abriria caminho para a Documentologia que, na visão estivalsiana, viria se tornar a base para o desenvolvimento da teoria e das práticas das “ciências da informação e da comunicação” elaboradas na contemporaneidade.

No entanto, esta visão, contrastada com o uso de Otlet do conceito de Peignot (1802a), como visto em Couzinet (2011), recua e, sem intenção de, apaga a “monumentalidade” da

obra de Peignot. No fundo, Estivals (2010, p. 40) considera Peignot, de fato, “le premier théoricien” da Bibliologia. Este apagamento torna-se mais “dramático”, se observado o processo histórico tanto contemporâneo quanto extemporâneo do ponto de vista peignotiano. Peignot (1802a), tanto responde diretamente por uma demanda de desenvolvimento epistemológico das ciências humanas e sociais na virada do Setecentos para o Oitocentos, como antecipa distintas demandas tardias, posteriormente vislumbradas em Otlet (1934) como originais. Neste último caso, a maior e principal destas não seria senão a visão epistemológica, reflexiva em sua aparição, diferentemente dos discursos sobre o fazer anteriormente manifestados nas práticas hoje ditas informacionais: faz-se necessário um campo vasto, aberto e repleto de trocas metodológicas e teóricas, tendo por base a Bibliografia como domínio aplicado, para se resolver os problemas referentes ao conhecimento humano. E isto está demarcado na “inauguração” do Oitocentos, em 1802, no “Dicionário” de Bibliologia de Peignot. Posteriormente, a própria geração de Estivals, na França, retomará o conceito – a partir dos anos 1960, uma “renovada” Bibliologia se estabelece e se desenvolve, chegando aos nossos dias.

Em uma definição breve, a Bibliologia é reconhecida nas três vertentes aqui iluminadas a partir dos seguintes discursos brevemente contextualizados no Quadro 1.

Quadro 1: Três “vertentes epistemológicas” da Bibliologia

Período	Contexto histórico-epistemológico global	Principal “epistemólogo”	Obra central	Conceito geral de Bibliologia
Virada do século XVIII para o XIX	Enciclopedismo; Iluminismo; Revolução francesa; especialização dos saberes;	Peignot	Dictionnaire Raisonné de Bibliologie - 1802	Ciência que se ocupa com os princípios elementares, a origem, a história, a divisão, a classificação e tudo aquilo que é relativo à arte de analisar e de conservar signos, hieróglifos, manuscritos e impressos. Em outras palavras, trata-se de uma enciclopédia literária metódica.
Virada do século XIX para o XX	Formação das ciências sociais a partir do espelho do pensamento fiscalista; Positivismo; Controle bibliográfico universal; formação dos estados nacionais alemão e italiano; primeira guerra mundial; desenvolvimento rápido das ciências sociais e humanas como disciplinas distintas.	Otlet	Traité de Documentation: le livre sur le livre - 1934	Arte de escrever, publicar e difundir os dados da ciência.
Segunda metade do século XX e início do século XXI	Pós-Segunda Guerra Mundial; Expansão da crítica marxista contra o domínio capitalista; Guerra fria; Crítica da disciplinaridade; “desnaturalização” do “objeto epistemológico” a partir de Thomas Kuhn.	Estivals	Revue de Bibliologie: Schéma et Schématisation - 1968	Ciência da escrita e da comunicação escrita.

Fonte: Própria.

As três definições - ou grandes *démarches* teóricas, marcadas, estruturalmente, pelas correntes filosóficas enciclopedismo, positivismo e marxismo, respectivamente - não podem, em momento algum, serem abordadas como iguais e suas semelhanças carecem de uma revisão pontual, que permita reconhecer tempo e espaço como instâncias contextuais de validação para a possível crítica interpretativa. O Quadro 1, em sua segunda coluna, traz um breve elenco de contextos e percursos temporais que se desdobram entre o século XIX e o XX e concorrem junto das transformações do discurso das ciências bibliológicas. Peignot, Otlet e Estivals estão enunciados como “epistemólogos” na medida em que se preocupam em separar, a seu modo e em seu contexto, “sujeito”, “objeto” e “solo de investigação”, em uma objetivação reflexiva da práxis racional e fenomênica. Em outras palavras, os três procuram não apenas se estabelecer no fundamento da práxis, mas observar a práxis como “saber” e apontar para o “investigador”, seu “método” e seu “material de investigação”, propondo-se “dizer o campo”, defini-lo em sua generalidade, como em todo discurso epistemológico.

Peignot (1802a,b) é fruto ainda de uma Modernidade em choque, com os processos revolucionários da indústria, da cultura, da política e da ciência do Setecentos. As ciências sociais e humanas não se estabeleceram, o que cem anos depois já ganharia outra configuração (no decurso da vida de Otlet), e que cerca de um século e meio depois seria colocado como problema (no contexto da vida de Estivals). Mas está aqui, em Peignot, como anunciado, sua possível contribuição mais significativa: é contemporânea, sua argumentação epistemológica, à construção dos saberes do homem.

Se antecipa a ideia de uma epistemologia geral para a OS, Peignot (1802a,b) inaugura a relação entre “enciclopedismo” e “metaciência” tão explorada por Otlet (1934) no sentido discursivo, em seu Tratado de Documentação, de 1934, como no sentido político-aplicado, como em seu Instituto Internacional de Bibliografia, de 1895. É difícil, sob um ponto de vista pós-kuhniano da epistemologia, separar o “enciclopedismo” do “cientificismo”. Se o conceito de “documento” não é enunciado por Peignot (1802) como em Otlet (1934), o mesmo se “emancipa”, o conceito de “livro” peignotiano é trabalhado sob a “semântica elástica” do

“documento otletiano”: a ciência do livro em Peignot (1802) é uma ciência de todo e qualquer registro do conhecimento.

Entre Peignot e Otlet não se pode falar em alargamento ou estreitamento do campo bibliológico. Se lançada a visão de Estivals (2010) sobre o “pioneirismo” epistemológico, é necessário perceber duas esferas de interpretação não excludentes, mas polarizadas:

a) se Otlet (1934) dialoga com autores como Auguste Comte e Gabriel Tarde para fundar seu campo no território das ciências sociais (BEZERRA, SALDANHA, 2013), tece relações também com seu antecessor no próprio domínio do saber específico que procura constituir: Otlet (1934, p. 290) refere-se diretamente à Peignot, que dialoga com Francis Bacon e tantos outros “cientificistas” pré-Oitocentos, para tratar de seu principal projeto, o bibliográfico - Les premières Bibliographies des Bibliothèques étaient des listes de catalogues de Bibliothèque. Peignot em 1810 a publié le premier Répertoire Bibliographique et en 1812 son extension en Répertoire Bibliographique Universel; eis aqui um dos (longe, na verdade, de ser o primeiro, vide, por exemplo, Conrad Gesner) “pais” do projeto epistemológico (e da utopia que se dá como um dos alicerces da “racionalidade” que nos transformou nos últimos séculos) da Bibliografia na Modernidade. Peignot (1802) dedica mais de uma centena de páginas para identificar e descrever a vida e a obra de bibliógrafos, demonstra o papel social, político e epistemológico destas personagens até o Setecentos. Por outro lado, Peignot não é citado na formulação e na descrição da teoria geral da Bibliologia no Tratado de Documentação de Otlet, quando seu conceito é diretamente imbricado com o de seu antecessor, como foi alertado em Couzinet (2011)

b) se (re)considerado que um dos “primeiros” a pensar e praticar a “bibliografia sistemática das bibliografias” foi Peignot (reconhecendo que este também não foi o primeiro, mas um compilador e seguidor de outros mestres da bibliografia, vide seu amplo conhecimento destes “artífices” do Mundo Moderno) e não Otlet, pode-se questionar ainda a própria ideia de ciência trazida por Otlet e aquela indicada por Peignot. Mas, neste caso, precisamos, outra vez, considerar, na apreciação contextual, que a noção de “ciência social”, na primeira década do século XIX era uma, e, na primeira metade do século seguinte, tornou-se outra. Isto, no entanto, não nos autoriza a des-

tituir o papel dos saberes, em outras palavras, o papel do discurso epistemológico em formulação ali e aqui. É importante não perder de vista a questão, de fundo epistemológico-histórico, uma vez que o argumento de uma possível visão estivalsiana seria o mesmo adotado para atestar a “epistemologia” constituída de uma “Ciência da Informação” na segunda metade do século XX, “contra” “protoepistemologias”, como da Documentação e da Bibliografia, vigentes anteriormente, antes da afirmação e institucionalização daquela. A pergunta que se estabelece, de fundo hermenêutico, é: o que nos autoriza a afirmar que esta e aquela manifestação do discurso epistemológico foi mais ou menos “científica” que outra?

Já com o “epistemólogo” Estivals (2010) se procura, ao contrário da amplitude das ciências bibliológicas em Peignot e Otlet, uma demarcação mais estreita para tal campo: “ciência da escrita e da comunicação escrita”, assim se estabeleceria a Bibliologia estivalsiana. Mas também a esta apresentar-se-ia uma dúvida hermenêutica sob o pano de fundo da interpretação histórico-pragmática: em que medida a noção de “escrito” em Estivals (2010) já não existiria “ampliada” (vertical e horizontalmente) a ponto de estar muito além dos domínios gráficos restritos do texto e da comunicação escrita propriamente ditos? A questão se faz objetiva se analisada a produção discursiva do principal projeto de Estivals: a Revista de Bibliologia nascida em 1968. Nela, a noção de “bibliologia” como “macroconceito” de um campo científico reuniria muito mais do que a extensão breve da definição estivalsiana. (REVUE DE BIBLIOLOGIE, 1968-). Imagens, signos, cognição, medida, política e tantos outros “objetos” de estudo da “Bibliologia”, ditos e contraditos na *Revue*, merecem atenção para uma análise da ideia de escritura em Estivals.

3 UMA MICROBIBLIOLOGIA

O que é peculiar ao livro [...]: o pensamento posteriormente fixado pela escritura ou pela imagem das coisas, dos signos visíveis, fixado em um suporte material. Otlet (1934, p. 10)

Seria possível compreender uma Microbibliologia como um ramo extremamente

restrito: uma especialidade que trata unicamente do objeto “livro” e, no vocabulário de Otlet (1934), complementado por seus “substitutos” no século XX. Ainda que a Microbibliologia tivesse, por necessidade, uma razão transversal – posto que careceria versar sobre aspectos que vão dos elementos químicos do suporte aos estudos literários do conteúdo lançado às páginas –, ela seria representada por um grupo diminuto, mesmo que profundo, de estudos que se dedicam a pensar o “livro” como uma “matéria” no mundo. Em geral, recairia sobre esta especialidade apenas o papel central – o que não quer dizer que seja esta uma função menor – de preservar o livro e compreendê-lo em sua organicidade material. Em outras palavras, uma Microbibliologia estaria mais orientada para a relação polarizada entre Preservação e Editoração.

A relevância crucial desta microárea estaria, por exemplo, na obra de Antônio Houaiss, literato, bibliólogo, filósofo do livro. Houaiss (1967) toma a Bibliologia como “disciplina do livro que o examina do ponto de vista de sua sistematização orgânica, como um todo composto de elementos materiais de suporte”, estes, “[...] elementos materiais de representação simbólica [...]”, “[...] a fim de que a mensagem se possa consumir em sua finalidade de comunicação e expressão, com a completude possível” (HOUAISS, 1967, v. 2, p. 41). ‘Troca’, ‘evolução’, ‘repetição’, ‘adaptação’, ‘oposição’, ‘amplificação’, estas são as ‘leis’ indispensáveis, lançadas no pensamento otletiano, para a permanente sustentação da mensagem no tempo e no espaço no enfoque houaissiano. Mais uma vez, conclui-se que esta possível ‘microdisciplina’, presente além-muros da francofonia, seria, no fundo, uma ‘ciência’ como qualquer outra, com seus modelos e sistematizações anteriores à práxis e à intervenção na realidade social.

Se tomamos a Bibliologia de Houaiss (1967), encontramos uma fundamentação filológico-retórica evidente que colabora para esta interpretação otletiana. Encontramos, no olhar houaissiano, uma filosofia que tem por objeto consagrado o livro para além de sua materialidade ainda que sobre ela se justifique sua demonstração empírica. Ressalta-se, nesta definição, um campo de estudo que vai do reconhecimento da oralidade e da descrição do original fixado, passando pela análise dos manuscritos, dos dactilográficos

aos recursos tipográficos, nos períodos antigo, medieval e moderno – trajetória que lhe permite, ao longo do tempo, ganhar em caráter sistemático e ser chamado, este campo distinto, de científico. Esta microbibliologia estaria definida em uma passagem da “ciência do livro” para o “estudo geral da bibliografia” até o “estudo da história do livro e da edição”, como visto em López (2008), ou seja: temos um processo de redução e focalização da epistemologia da Bibliologia nos aspectos materiais do *biblión* – algo que se aproxima intimamente do trabalho de Domingo Buonocore (1976).

Outro modo de tratar de uma Microbibliologia, seria tomar o domínio estrito à moda de Otlet, compreendendo camadas de espectros de “Bibliologias práticas”. Otlet (1934, p. 12) observará a existência de uma Bibliologia geral, global e sintética, e de uma Bibliologia particular – ou conjunto de Bibliologias particulares –, que cobriria os diversos ramos de interesse sobre o objeto livro, como bibliologia econômica, bibliologia tecnológica, bibliologia sociológica e bibliologia estética. Outra maneira, ainda, de pensar a Microbibliologia, seria tomar o objeto “livro” a partir apenas de sua experiência na Modernidade: na forma códice, no suporte vegetal. Esta visão otletiana está em Peignot (1802), no âmbito da caracterização dos verbetes “técnicos”, que discutem a materialidade do “livro”, e nos verbetes “políticos”, que atendem para as relações entre homens, livros e sociedade. Por sua vez, no desenvolvimento da visão estivalsiana sobre a Bibliologia, também esta relação entre “matéria” e “cultura” se estabelece, vide o conceito de esquematismo e sua amplitude sócio-técnica.

4 UMA MACROBIBLIOLOGIA

*Há uma língua comum, uma lógica comum,
uma matemática comum.*

*Falta criar uma bibliologia comum: arte de
escrever, publicar e difundir os dados de uma ciência.*

Otlet (1934, p.1)

Se tomada como discurso científico, a Bibliologia é apontada por Otlet (1934, p. 38) como resultado do mundo moderno, tendo sua história definida por três fases distintas e recentes: a) Bibliotecas como centros de erudição: século XV ao XVIII; b) Bibliografia como método de descrição que se separa da Biblioteconomia: século XVII ao XIX; c) Documentação (Macrobibliologia) que se emancipa como ciência: séculos XIX e XX. Percebe-se que o desenvolvimento dos conceitos de “biblioteca”, “bibliografia” e “documentação” são domínios da ciência bibliológica. Otlet (1934) utiliza a visão do nascimento turvo da Química entre Alquimia, Filosofia Natural e Farmácia para demonstrar esta construção do pensamento bibliológico que se emancipa entre o século XIX e o XX imerso em um conjunto vasto de artes do livro, reunindo habilidades e experimentações de livreiros, bibliotecários, filósofos, editores e muitos outros, todas elas envolvidas na vertigem simbólica do livro. Acompanha esta trajetória, na visão de Otlet (1934), o desenvolvimento dos meios de comunicação, divididos, pelo advogado belga, em quatro etapas distintas:

Quadro 2: Os meios de comunicação e o pensamento bibliológico

Etapas	Meios de comunicação	Pensamento bibliológico
I	Linguagem como meio de comunicação a partir de sinais.	Inexistência de um saber bibliológico propriamente dito.
II	Comunicação através da escrita.	Nascimento da arte da Bibliologia.
III	Comunicação por aparatos tecnológicos.	Desenvolvimento técnico e sistematização da arte da Bibliologia.
IV	Comunicação complexa, reunindo todos os elementos anteriores.	Necessidade urgente de uma Ciência Bibliológica.

Fonte: Otlet (1934)

A Bibliologia “acontece” precisamente, na visão do bibliólogo, quando da passagem de uma Bibliografia puramente descritiva para uma análise científica do livro, resultando na “Ciência Bibliológica”, esta, de caráter teórico e sistemático. Fica clara aqui a visão otletiana que aponta para uma noção de livro muito mais ampla que sua materialidade, que sua descrição pura no mundo sensível. Trata-se, pois, de uma análise que vai de todas as potências até as atualizações do “ser” livro, cumprindo, pois, uma Bibliologia próxima daquela encarada por Estivals (1981), o estudo bibliológico da comunicação escrita, que toma a escritura como seu objeto (para além do livro, o “ato áureo”), mas, também, mais ampla, uma vez que o pressuposto bibliológico otletiano também abarca as potências múltiplas que podem levar às atualizações (ou seja, ao registro escritural).

O “tornar-se” da Bibliologia se dá perante a complexidade dos meios de comunicação, ou seja, está diretamente envolvido com uma filosofia da técnica. O “caráter” teórico-sistemático-técnico é significado na identificação de leis universais – o que, na visão do advogado belga, estabelece a condição de “ciência” de um determinado saber. É também elucidativo observar a definição do fim geral da Bibliologia em Otlet (1934), que atravessa as seguintes ações, vislumbradas também nas práticas filológicas: a) analisar, generalizar, classificar, sintetizar os dados adquiridos nos entornos do livro e promover novas investigações; b) elaborar uma série completa de formas documentais de onde podem vir a se diversificar os dados do pensamento científico ou prático; c) promover o progresso a partir de uma exposição metódica e racional de dados de nossos conhecimentos e informações práticas; d) projetar inventos que poderão se tornar o ponto de partida para transformações e revoluções; e) elaborar dados científicos e técnicos relativos ao objeto bibliológico em suas quatro faces: 1º, registrar o pensamento humano e da realidade exterior em elementos de natureza material, ou seja, documentos; 2º, praticar a conservação, circulação, utilização, catalogação, descrição e análise dos documentos produzidos; 3º, elaborar o conjunto de documentos; 4º registrar os dados de forma cada vez mais completa, exata, precisa, simples, direta, rápida, de forma analítica e sintética, seguindo um plano integral enciclopédico, universal e mundial; f)

seguir as quatro *desideratas*: 1º, dizer tudo sobre algo; 2º, dizer tudo de uma vez; 3º, a verdade sobre tudo; 4º, sob a forma melhor possível de ser compreendida. (OTLET, 1934, p. 9-10, tradução nossa)

Estas atividades são fruto de um “imperativo mimético” estruturado em nossa posição de saber da linguagem. Esta posição é dada de forma objetiva entre Peignot (1802) e Otlet (1934), afirmando, no âmbito do primeiro discurso de construção de uma epistemologia da organização dos saberes, o fundamento baseado na linguagem de sua filosofia.

5 DAS FILOSOFIAS DO LIVRO

Uma racionalização do livro e do documento se impõe, a começar por uma unidade inicial, ampliada a outros grupos de unidades cada vez mais estendidas, abarcando todas as unidades, existentes ou por se constituir, chegando a uma organização geral (...)
Otlet (1934, p. 3)

Seria necessária uma longa revisão histórico-filosófica para tratar da questão “filosofia do livro”. Em primeiro lugar, se tomássemos, corretamente, a “questão do livro” como Estivals (1981), problematizada também como a questão da escritura, iríamos, pois, dos Sofistas, de Platão, de Aristóteles até os filósofos do livro do mundo moderno – e aqui nos perderíamos no rincão das teorizações: Shakespeare, Montaigne, Diderot, Goethe, Mallarmé, Nietzsche, Wittgenstein, Deleuze, Derrida, e tantos outros. Detemo-nos, aqui, nas três vertentes francófonas aqui iluminadas: Peignot, Otlet e Estivals.

5.1 O livro e “os livros” de Peignot

A definição de “livro” em Peignot (1802a, p. 379) é simples, mas guarda na unidade de seu significado uma amplitude de significados. Livro seria, segundo o seu “Dicionário”, um “escrito”, composto por uma “pessoa inteligente”, para educação ou para diversão dos leitores. A

moderna caracterização da relação entre “livro” e “entretenimento” é identificada na definição, demarcando um modo muito distinto de pensar os registros entre Antiguidade, Medievo e Modernidade.

Mais do que isto, a visão de uma Modernidade “racional” já está instaurada e o “juízo civilizatório” está definitivamente fundado na relação com uma “racionalidade bibliológica”. No terreno simbólico-político, Peignot (1802a,b) reconhece o “livro” como “guardião” da língua, dos costumes, das leis e da religião. Trata-se de um artefato que instrui, forma e consola. Seu poder é tamanho, segundo o pensamento peignotiano, que sua ausência seria sinônimo de atraso intelectual – estaríamos aqui, todos, no início do Oitocentos, ignorantes. A “ética positivista” presente em Otlet (1934) já está demarcada na visão moderna de Peignot (1802a,b).

O verbete de Peignot, ao se pautar no código, esconde, no entanto, a expansibilidade de sua noção de registro de conhecimento presente ao longo de seu discurso. Se o “livro” é o objeto primário da Bibliologia e se esta trata de todo e qualquer registro, o *Dictionnaire* versa sobre uma infinidade de possibilidades de registros que encontramos. Como ciência geral do livro, a Bibliologia busca a universalidade do conhecimento humano e se relaciona com tudo o que diz respeito à arte de preservar a memória por meio de sinais manuscritos ou impressos e imagens. Apesar das mais de mil páginas de sua obra, Peignot (1802a,b) lembra que o dicionário se concentra nos principais termos da área, procurando servir como um “manual” – na verdade, um “tratado” – para atuação neste campo do conhecimento reconhecido parcialmente.

Do objeto livro multiplicam-se, pois, os elementos que devem ser investigados e compreendidos. O método de construção do *Dictionnaire* aponta, por sua vez, para um método de apropriação dividido em planos. O primeiro plano é indicado pelas noções de Bibliografia, Bibliógrafo e Bibliotecário. O segundo plano é o dos idiomas. O terceiro, por sua vez, é o da escrita. Explora-se assim, tudo aquilo que se refere à arte de falar e de escrever: o livro só pode ser assim compreendido, sob esta multiplicidade de conceitos orbitais. As academias, as bibliotecas, as universidades, os

museus, os arquivos, bem como todas as espécies de registros do conhecimento, como medalhas e pinturas, fragmentos de história natural e esculturas, fazem parte da ciência geral do livro. Outro movimento importante na construção do texto peignotiano é o valor (e, logo, a extensão) dado aos sistemas bibliográficos e o chamado *tableau*, que se desdobra na apropriação de Otlet e de Estivals na construção do conceito fundamental para o campo bibliológico: o conceito de esquema.

Toda esta elaboração responde, ao mesmo tempo, como indicado, por um “método-livro de ‘fazer’ o livro”. Sua ação estrutural é se concentrar nas fontes: a “racionalidade bibliológica” é estruturalmente histórica: “[...] nós sempre tivemos uma atenção escrupulosa ao citar as fontes [...] e se o nome de um autor foi omitido antes ou depois da citação, declaramos que essa omissão foi acidental e que não é nossa intenção afirmar que é nosso aquilo que não é” (PEIGNOT, 1802a, p. xvi). A estrutura dos conceitos de “livro” e da “ciência do livro”, da filosofia e da ética de tal campo presentes em suas variações em Otlet e em Estivals, já está sublinhada na vastidão do pensamento peignotiano. Este desdobramento é a seguir desvelado.

5.2 Otlet “confidente” de Mallarmé

A princípio, não identificamos uma comunicação entre Mallarmé e Otlet, frutos do século XIX. No entanto, em termos filosóficos, a aproximação destes pensamentos é crucial para compreender o primeiro Otlet, bibliólogo, a Bibliologia, o século XIX, a linguagem e, finalmente, o que podemos tratar por “livro” neste contexto. Mallarmé (1842-1898) talvez seja a tradução mais clara da filosofia do livro em Otlet. O conceito de “livro” disponível no pensamento do advogado belga é muito próximo daquele do poeta francês: o livro como um instrumento espiritual, um desdobramento do espírito, uma relação complexa entre o simbólico e o material. O conceito de “unidade documentária”, desenvolvido por Briet (1951) na leitura otletiana, está na “dobradura” mallarmaica (MALLARMÉ, 2010, p. 181) – que, para alguns, é a mãe do hipertexto; a ideia de totalidade do Livro Universal de Otlet (1934)

está na “expansão do total da letra” de Mallarmé (2010, p. 182); o horizonte final do homem e de suas criações tendo o livro como destino em Otlet (1934) está, por fim, em Mallarmé (2010, p. 182): tudo existe para culminar em um livro. O homem mallarmaico, se existir, estará em um livro. Retomando, como nos lembra Lund (2009), no *Traité* encontramos a aproximação às abordagens técnicas que conduziriam à realização do “livro universal”, livro este que, construído a partir do princípio monográfico, isolando cada “fato” em um documento integrado e integrador, representaria a organização de toda a produção documental do ser humano.

No âmbito da Bibliologia, três são as leis universais condicionadas por Otlet (1934) à construção do pensamento científico bibliológico:

- a) lei de troca e de evolução;
- b) lei de adaptação, repetição e oposição;
- c) lei de repetição amplificadora. (OTLET, 1934, p. 422, tradução nossa)

A explicação destas leis é tratada de forma muito breve pelo advogado belga. Careceriam de maior argumentação filosófica as menções indicadas por Otlet (1934) como paralelas, tentando justificar o caráter científico da Bibliologia pela comparação com outros modelos de ciência, principalmente, aquelas oriundas do campo social. Tentemos esclarecer de forma simples esta ontologia na apropriação didática realizada por Coblans (1957). Ainda que nos seja precipitado afirmar que há uma relação direta – um paralelismo – entre “documentalismo”/“bibliologismo” e Bibliologia/Documentação¹ de Otlet, algumas aplicações de suas teorias são resultado da reprodução de seus trabalhos no âmbito do Instituto Internacional de Bibliografia.

Como nos aponta Coblans (1957), importa à prática da Documentação (tomada por Otlet como sinônimo da Ciência Bibliológica, que se apresenta no *Traité*, por vezes, no plural: “Ciências Bibliológicas”) a compreensão de uma

produção de documentos que se desenvolve em permanente troca e evolução, ganhando, na dinâmica temporal, em adaptação, repetição e oposição, mas sempre sustentada por uma repetição que é, por princípio, amplificadora.

Como exemplo, temos um “ente” específico: um filme cinematográfico. “Compõem” minimamente este “ente” os seguintes elementos: o filme individual, os *stills* (fotografias das cenas do filme), os materiais impressos, como livros que influenciam ou que são resultado do filme, artigos, recortes da imprensa, cenários, os desenhos dos cenários, as músicas apresentadas em papel, discos, as fotocópias de todos estes produtos, além de cartas e demais registros manuscritos ou não que servem para remontar o lastro documental de um só “artefato”. Estes elementos trocam “energias” e evoluem em formato, adaptam-se em determinadas condições, repetindo-se em outras, sempre se multiplicando. Ao mesmo tempo, estes elementos podem se “opor” – no sentido otletiano, podem conceber ou vivenciar “choques”, “mortes”, “guerra”. Os “conteúdos” – a temacidade – podem ser interpretados de maneira diversa, ou até contraditória, assim como o “continente” – o formato –, pode ser anulado, simplesmente desaparecer (o mesmo filme preservado em um suporte pode ser convertido em novos suportes, sendo o primeiro extinto).

A Bibliologia busca, pois, um Livro universal – “Summa Summarum” – que conteria todo o saber essencial, concentrado, exposto, ordenado, permitindo as possibilidades máximas de investigação. Trata-se assim do resultado de todo o conhecimento humano integrado em um só ambiente – o Livro universal como livro ideal, puro, sintético, íntegro, ótimo, futuro, antecipado. Este livro, em sua futura nova forma, estará 1) em contínuo crescimento (fichas, folhas, registros); 2) redistribuindo seus elementos; 3) em cooperação; 4) em análise-síntese (tabelas-esquemas); 6) em controle autorizado, construído por grandes associações; 7) em teoria e em aplicação internacional; 8) em um livro-instituto ou instituto-livro dedicado a cada ciência e unido a um instituto central. (OTLET, 1934, p. 429). Do livro de Deus, passando pelo livro da natureza e pelo livro do homem, chegamos ao Livro do Livro – *le livre sur le livre* –, e sua episteme: concluímos, pois, com a Bibliologia, a caminhada dos grandes discursos do século XIX para o XX

¹ Este esclarecimento pode ser iniciado com a discussão de Estivals (1981, p. 124) no debate entre o reconhecimento dos objetos de cada saber. De um lado, a Bibliologia tomaria a escritura como o próprio documento – existiria, pois, o documento em si. De outro, a Documentação trata o documento apenas como produto da apropriação – não existe o documento *a priori*, mas apenas a relação do documento com seu leitor. No entanto, este debate, de cunho fundamentalmente francófono, pode ganhar diferentes interpretações, principalmente, se tomado como foco da análise o projeto do *Traité*, quando Otlet oscila entre uma identidade e uma semelhança quando trabalha com os termos que nomeiam estes saberes.

que, hoje, manifestam a linguagem primitiva da OS, principalmente, sob a expressão “ciência da informação”.

5.3 A esquematização por recordar

Otlet já alertava, em seu *Traité* (1934, p. 79), que existe a necessidade de constituição de uma linguagem esquemática comum, que consistiria na construção de uma expressão diagramática para exposição de toda e qualquer ideia ou consenso – o “esquema”, ainda, como possibilidade de descoberta de algo novo dentro de um processo construtivo, seja como adição ou mesmo como modificação. A “esquemática” deveria, deste modo, se converter em um ramo da Bibliologia, representando a teoria do registro e da exposição metódica dos conhecimentos científicos.

A longa vida do livro impõe ao homem uma “gramática neoplatônica” até Mallarmé/Otlet: um livro deve ter início, meio e fim. Assim é a vida dos homens. Mas esta é a vida, diríamos, biológica. Um livro – a *bio* bibliológica – deve seduzir – pelo continente, pelo conteúdo. Em outras palavras, deve ser belo e deve ganhar aderência ao mundo pelo discurso que o movimenta no tempo, deve ganhar leitores, comentadores, reedições, revisões, deve influenciar (posicionamento claramente retórico do esquematismo). Esta, diríamos, é a vida social e, fundamentalmente, a vida política.

Estivals (1981, p. 122) parte de Otlet – em suas palavras, esquecido há algumas décadas –, afirmando que seu pensamento teórico ainda estava em aberto. De certo modo, enquanto um âmbito – o mundo anglófono substancialmente – se debruçava sobre o conceito de informação dentro da OS, o mundo francófono (re)elaborava outros objetos. Para compreender os circuitos do escrito e do documento, Estivals (1981) recorre à análise marxista como também à perspectiva histórica. Seu foco está em demonstrar os sistemas dialeticamente contraditórios e complementares do escrito e do documento.

No Grupo de Pesquisa francês, Estivals (1981) demarca duas visões de mundo: os bibliólogos tomam o escrito como produto da expressão da subjetividade humana, a partir

de um sistema de signos ou escrita. A escrita se dá a partir de diferentes processos e pode também ser reproduzida. O documento para os bibliólogos é, por sua vez, “[...] toda mensagem fixa manuscrita, impressa”. (ESTIVALS, 1981, p. 214)

Entre Documentação e Bibliologia haveria, pois, uma distinção. Documentação trabalharia com a relação de consumo e uso. Bibliologia trabalharia com a noção de criação. As discussões francesas, segundo Estivals (1981, p. 214) levaram os bibliólogos a concordarem com a visão documentalista (ESTIVALS, 1981, p. 125). Esta contradição – Bibliologia x Documentologia – guarda, segundo Estivals (1981), concepções distintas no âmbito filosófico, apontando, uma, o domínio bibliológico, para uma visão essencialista, a outra, a esfera documentológica, para outra nominalista e pragmática.

No mundo bibliológico, o autor inscreve suas ideias num texto manuscrito que será eventualmente reproduzido. O conhecimento é inscrito através de signos escritos, num suporte. O texto passa a existir com seus fins de comunicação à distância, completando o discurso verbal – que se perde facilmente – e retém em si as ideias a transmitir. A melhor prova é que, conhecendo o mesmo código social, o receptor poderá decifrá-lo. Lembramos que existe, a partir daí, uma série de estudos que vão de Humbolt a Roubakine (psicologia bibliológica) sobre os processos de transmissão e decifração. Uma concepção como essa é essencialista: o conhecimento implícito no texto. P. Albert dirá que ele está ali memorizado. (ESTIVALS, 1981, p. 125, grifo nosso)

Na visão de Estivals (1981, p. 126), o “[...] documento não se identifica com o escrito; seu universo é de maior alcance. É constituído de todo suporte sobre o qual se inscreve – de uma ou outra maneira – uma informação que encontra seu usuário”. Segundo o autor, seu pensamento encontra aqui a posição de Otlet sobre a qual ele fundamenta a teoria de “esquemas” para a Bibliologia. Estivals (1981, p. 127) demonstra a complexidade por trás desta relação conceitual: “O escrito é apenas uma parte dos documentos possíveis, aos quais é preciso juntar-se o inscrito e o inscrito-escrito. Por outro lado, escapa à situação de documento, enquanto ainda não tiver encontrado quem o utilize”.

As duas visões são assim resumidas:

A criação de mensagem fixa conduz a uma **posição essencialista**. O conhecimento é **considerado como memorizado**, seja ele fixado por um código mental aprendido, a escrita, seja por um processo físico, químico ou eletrônico de gravação. Nesse nível existem **mensagens fixas, não documentos**. (ESTIVALS, 1981, p. 127, grifo nosso)

A utilização da mensagem fixa, escrita, escrita-inscrita, se baseia numa **perspectiva nominalista e pragmática**. Considera-se o conhecimento no momento em que é levado em conta por um **usuário**, que **valoriza a mensagem fixa, transformando-a num documento**. (ESTIVALS, 1981, p. 129, grifo nosso)

Estivals (1981) diferencia os circuitos do escrito e do documento. O escrito tem vida no ciclo da edição, correspondendo a uma indústria cultural distinta, figurando nas estatísticas nacionais como categoria independente, como indústria mecânica, siderurgia. Temos aqui, segundo o autor, a originalidade de trabalhos como os de M.M. Miège e A. Mattelart. Segue-se de cá a projeção de categorias econômicas, como concepção, produção, distribuição e consumo. “Observamos, portanto, a especificidade do escrito, onde a noção de consumidor é transformada na de leitor, que não destrói o produto adquirido.” (ESTIVALS, 1981, p. 130)

Por sua vez, na visão de Estivals (1981, p. 131), o “circuito do documento” está integrado à vida social, econômica, política, militar, científica. Ele pressupõe uma missão: fornecer informações necessárias à vida da sociedade em questão. Por isso, situa-se no contexto dos problemas econômicos e sociais desta comunidade. Isto leva cada circuito a intervir em setores diferentes e contraditórios: “[...] a transferência do conhecimento escrito passa pela estrutura econômica da edição; a renovação econômica e social da atividade empresarial passa pela intervenção da informação, graças a um serviço de documentação.” (ESTIVALS, 1981, p. 131)

Apesar das transformações relacionadas aos serviços especializados de documentação, a filosofia do livro de Estivals (1981) reconhece que, mesmo no mundo computadorizado, o escrito – principalmente o periódico – permanece preponderante como sendo informação para empresa.

Deriva dos estudos bibliológicos de Estivals (1981) uma visão sobre a descrição

esquemática do conhecimento, que permitiria uma dinâmica mais ampla a estes serviços. Tanto Otlet (1951) quanto Briet (1951) já haviam atentado para o que a visão estivalsiana tratará de “esquemática”.

La **description schématique ou iconographique des documents** élargit de plus en plus son champ d'action. Les catalogues collectifs commencent à intéresser des *aires géographiques* qui rejoignent parfois les *aires linguistiques*. Certains ont atteint des proportions continentales. On peut prévoir qu'avec ou sans normalisation des notices, on aura dans un temps qui ne sera pas très éloigné, la possibilité d'orienter internationalement les chercheurs de documents. Les annuaires internationaux et les guides spécialisés participent dès à présent à cette orientation mondiale. (BRIET, 1951, p.121, grifo nosso)

A esquematização vincula-se, em Otlet (1934, p. 429), à necessidade de condensar, abreviar e simplificar os saberes formulados pelo homem, fazendo com que os mesmos possam ser assimiláveis. Como diria Briet (1951), “Un schéma devenu classique parmi les documentalistes a rendu sensible aux yeux et à l'esprit les trois plans sur lesquels se réalise peu à peu le *réseau international de la documentation*”. A visualização mediante o desenvolvimento de meios instrutivos de representação, principalmente os meios que o advogado belga chama de esquemáticos, representam parte do método de construção destes processos de facilitação da assimilação. O futuro bibliológico – e do homem – dependeria, na visão otletiana, de uma “ilustração mais geral”. Este é o resultado da filosofia do livro em Estivals, que calhará na amplitude e profundidade discursiva, teórica e aplicada da *Revue de Bibliologie: schéma et schématisation* (1968-).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Denis de Sallo, Sieur de la Coudraye

[...] *literato* [...] *que desenhou o primeiro esboço do Journal des Savants*. [...] *em 1665*. [...]

Esta revista é até hoje preciosa pelos seus registros literários e bibliográficos.

Peignot (1802b, p. 172)

Estivals (2010), “à moda de um neodocumentalista”, continua colocando um ponto de inflexão entre pioneiros e executores. Otlet estaria, de um lado, posicionado como o “grande nome” da Bibliologia, e seu passado como protoepistemologia. Mas, ao mesmo tempo, Otlet representaria a protoepistemologia do que passamos a chamar de “Ciência da Informação”. É preciso reconhecer que, claramente, a neodocumentação frohmanniana jamais poderia se aplicar a este contexto: Estivals está em uma linhagem francesa onde noções como livro, documento e informação conviveram em deliberação. Diferentemente, na “anglofonia” que edifica a expressão “information science”, os saberes “anti-entrópicos”, como *Library Science* e *Bibliography*, construíram um amplo processo político de substituição das noções tecidas a partir do *biblión* e do *liber*, colocando em seu lugar a genérica (e persuasiva) “informação”.

Enquanto o processo de consagração conceitual da “informação” se estabelecia, entre 1960 e os nossos dias, instaura-se em paralelo um extenso e profundo debate terminológico, epistemológico e sócio-histórico sobre as noções de “bibliologia”, “comunicação escrita” e “esquema”, por exemplo, para ficarmos em apenas três, no escopo do pensamento francófono – no fundo, a maior delas, seria a noção de “documento”. Esta produção teórica, distinta em suas formulações, está, no fundo, diacronicamente relacionada com a construção peignotiana-otletiana de uma ciência geral anti-entrópica, desdobrada no projeto estivalsiano, dedicada a organizar os saberes, pensando (e intervindo) em preservação, ordem e acesso. Fica clara e manifesta a extensão de uma metaepistemologia, crítica, reflexiva e objetivada como outra ciência moderna (e, por consequência, a ausência de possíveis “protoepistemologias” entre Peignot e Otlet). Ao contrário, o que temos é um processo histórico de conformação de um saber (de uma *epistême*), com métodos e técnicas que respondiam por seu tempo, por seu espaço, por seus limites utópicos e sistemáticos. Trata-se de um longo processo epistêmico-histórico (que pode ser também apresentado como uma longa guerra de homens, suas instituições e seus conceitos).

De outro lado, o problema intraterminológico nos revela a potência semântica e, principalmente, pragmática, da Bibliologia, se focada apenas a elaboração discursiva dos três nomes aqui dimensionados - Peignot, Otlet e Estivals -, mas que não esgotam a discussão. A impossibilidade, no momento, de ampliar esta verticalização revela, por si só, o dilema interno dos estudos epistemológico-históricos por trás do conceito disciplinar em questão. Esta impossibilidade atenta-nos, ainda, para a amplitude das margens de análise, se colocados em diálogo outros nomes que buscaram a produção reflexiva sobre o conceito de bibliologia no tempo.

No que tange à esfera “exoterminológica”, ou seja, ao diálogo do conceito disciplinar “bibliologia”, com outros que responderiam pelos discursos “anti-entrópicos”, como *library and information science*, nos Estados Unidos, e *documentation*, na própria França “bibliológica”, a questão se torna extremamente escorregadia. Afinal, o que é a palavra “bibliologia”, em seu uso (pragmático) epistemológico diante de outras palavras representantes de tais discursos, que politicamente se emanciparam como nomenclaturas de disciplinas e instituições, eventos científicos, livros e periódicos? Qualquer tentativa de aproximação, de identificação de verossimilhanças entre as palavras poderia ser imediatamente reconhecida como imprudente. Uma hermenêutica histórica deveria dar conta da cadeia de contextos que complexifica tais ajustamentos sintático-semânticos. Contextos como “lugar de fala”, “autoridades epistêmicas”, “vertentes ideológicas”, “distinções políticas”, “rupturas profissionais”, “capital científico”, dentre outros, anunciam os limites da prudência hermenêutica. No entanto, tais relações ou a ausência das mesmas são, ao mesmo tempo, uma “abertura epistemológica” fundamental a ser enfrentada, na medida em que nos permite “interpretar” o jogo ininterrupto de nomenclaturas que ora aqui, ora ali, surgiram como candidatas a representar o amplo espaço discursivo dos saberes anti-entrópicos.

**ABOUT THE BIBLIOLOGY BETWEEN PEIGNOT, OTLET AND ESTIVALS:
three approaches of a long “metaepistemological”
discourse of the knowledge organization**

ABSTRACT From a theoretical perspective, this study aims at the discussion of Bibliology as pan-discourse of the organization of knowledge, based on three epistemological-historical lines of thinking, those of Peignot, Otlet, and Estivals. The following issues direct the discussion: the metaepistemological problem; the intraterminological problem; the exoterminological problem (headed towards the relation of the “meta” and the “intra” discourses with other discourses of knowledge organization). The possibility of expansion of Bibliology is analyzed, on one hand as micro-knowledge (microdiscipline as a field of empirical- “materialistic” application), on the other hand as macro-knowledge (macrodiscipline or field of knowledge). Book philosophy is also discussed to enhance understanding of the bibliological object par excellence, as demonstrated by the role of “language” as structural philosophical element. For this philosophic reflection, historical hermeneutics is used to conceive literary symbolic construction of epistemological reality against the essentials of a synthetic vision on science construction, as well as the use of historical epistemology on pragmatic bases.

Keywords: Bibliology. Documentation. Bibliography - Epistemology of Information Science. History of Information Science.

Artigo recebido em 08/02/2015 e aceito para publicação em 05/06/2015

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, A.; SALDANHA, G. S. Sobre Comte, Durkheim e Tarde em Otlet: o papel do positivismo na consolidação dos estudos da informação. In: Sarita Albagli. (Org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, 2013, v. 1. p. 34-56.
- BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951.
- BUONOCORE, D. Dicionario de bibliotecología: términos relativos a la bibliología, bibliografía, bibliofilia, biblioteconomía, archivología, documentología, tipografía y materias afines. Buenos Aires: Marymar, 1976.
- COBLANS, H. **Introdução ao estudo de documentação**. Rio de Janeiro: DASP, 1957.
- COUZINET, V. Des pratiques érudites à la recherche: bibliographie, bibliologie. In: GARDIÈS, C. **Approche de l'information-documentation: concepts fondateurs**. Toulouse: Cédaduès-Éditions, 2011. p. 167-186.
- ESTIVALS, R. Paul Otlet dans l'Histoire de la Bibliologie. **Revue de Bibliologie : Schéma et Schématisation**, n. 73, p. 35-42, 2010.
- ESTIVALS, R. A Dialética contraditória e complementar do escrito e do documento. **R. Esc. Bibliotecon**. UFMG, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 121-152, set. 1981.
- _____. História de la bibliologia. **Item: Revista de Biblioteconomia i Documentació**, Barcelona, n. 11, p. 25-41, 1992.
- FROHMANN, B. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, v. 52, n. 3, p. 387-407, win. 2004.
- FROHMANN, B. Reference, representation, and the materiality of documents. In: COLÓQUIO CIENTÍFICO INTERNACIONAL DA REDE MUSSI. 2011. **Anais...** Toulouse: Université de Toulouse 3, 2011.
- _____. Revisiting “what is a document?” **Journal of documentation**, v. 65, n. 2, p. 291-303, 2009.

HOUAISS, A. **Elementos de bibliologia**. Rio de Janeiro: INL, 1967.

JONES, K. S.; KAY, M. **Linguistics and information science**. New York: Academic Press, 1973.

LUND, N. W. Document, text and medium: concepts, theories and disciplines. **Journal of Documentation**, v. 66, n. 5, p. 734-749, 2010.

_____. Document Theory. **ARIST**, v. 43, n. 1, p. 1-55, 2009.

MALLARMÉ, S. **Divagações**. Florianópolis: Ed. da EFSC, 2010.

LÓPEZ, V. M. **La bibliotecología y estudios de la información: análisis histórico-conceptual**. Cidade do México: UNAM, 2008.

OTLET, P. Letter from Paul Otlet, 24 March 1895. In: VANN, S.K. **Melvil Dewey: his enduring presence in Librarianship**. Littleton (Colorado): Libraries Unlimited, 1978a. p. 189.

_____. Letter from Paul Otlet, 08 June 1895. In: VANN, S.K. **Melvil Dewey: his enduring presence in Librarianship**. Littleton (Colorado): Libraries Unlimited, 1978b. p. 190.

_____. L'organisation des travaux scientifiques. In: ASSOCIATION FRANÇAISE POUR L'AVANCEMENT DES SCIENCES. **Conférences faites en 1919-1921**. Paris: Association Française pour L'Avancement des Sciences, 1919. p. 13-50. Conferência proferida em 23 de fevereiro de 1919.

_____. **Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique**. Bruxelles: Editions Mundaneum, 1934.

_____. **El Tratado de documentación: el libro sobre el libro: teoría y práctica**. Tradução de María Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia, 1996.

PEIGNOT, G. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**, tomo I. Paris: Chez Villier, 1802a.

_____. _____. tomo II. Paris: Chez Villier, 1802b.

RAYWARD, W.B. The History and historiography of information science: some reflections. **Information and Management**, v. 32, n. 1, p. 3-17, 1996.

REVUE DE BIBLIOLOGIE: Schéma et schématisation. Paris: Société de Schématologie et de Bibliologie, L'Harmattan, 1968-